



CONSENSO DE MONTEVIDEO

Declaração Política do Fórum Social Redes, organizações e coletivos feministas

Quinta Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento

Prezados e prezadas representantes dos governos da América Latina e do Caribe, representantes do Sistema das Nações Unidas, companheiras ativistas:

Estamos reunidas e reunidos hoje na quinta Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento, quase onze anos após a adoção do Consenso de Montevideú e 30 anos após Cairo, para refletir sobre as conquistas, desafios e lacunas na implementação deste histórico acordo.

A partir de uma perspectiva feminista, de direitos humanos, juventude, antirracista, anticapacitista e interseccional, é essencial abordar as diversas e complexas realidades de todos os grupos humanos sem discriminação. As redes e organizações feministas, indígenas, afrodescendentes, lésbicas, trans, de juventude, de pessoas idosas, de pessoas com deficiência, de trabalhadoras sexuais, de mulheres com HIV, todas defensoras dos direitos humanos e comprometidas com o cumprimento do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) das Nações Unidas e todos os compromissos internacionais decorrentes dela, estamos presentes hoje para destacar:

Que o Consenso de Montevideú tem sido um marco crucial para o avanço da proteção e promoção dos direitos humanos em nossa região. Vimos melhorias no acesso à saúde sexual e reprodutiva, educação inclusiva e participação política das mulheres e outros grupos historicamente marginalizados.

Reconhecemos especialmente os avanços nos marcos legais que garantem o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos para transformá-los em políticas públicas, como no caso da descriminalização do aborto em alguns países da região, educação sexual integral, paridade de gênero, acesso à justiça e proteção em casos de violência de gênero, e orçamentos destinados a casos excepcionais.

No entanto, esses avanços são insuficientes, não cobrem populações historicamente excluídas e foram implementados de maneira desigual e lenta durante esses quase onze anos. Inclusive, retrocessos e ameaças de perda de direitos foram identificados em muitos países da região.





CONSENSO DE MONTEVIDEO

Estamos alarmadas com a persistente desigualdade que exacerba a violência e a falta de acesso aos direitos. As condições prevalentes de violência contra mulheres, jovens, adolescentes e meninas, em toda a sua diversidade, bem como contra pessoas com deficiência, tanto na família quanto na esfera institucional, são inaceitáveis.

Levantamos nossa voz contra a violência que se aprofunda no caso de meninas, adolescentes, jovens e mulheres indígenas, mulheres afrodescendentes, mulheres vivendo com HIV, mulheres com deficiência, mulheres em situação de deslocamento forçado e migrantes. Não admitimos esterilizações forçadas e institucionalizações não consensuais realizadas por atores estatais devido à lógica do capacitismo.

Denunciamos que a violência e os crimes de ódio contra pessoas LGBTIQ+ na região continuam a aumentar. Ataques contra mulheres lésbicas, bissexuais e queer/questionadoras e pessoas trans continuam a ser ignorados e invisibilizados por agentes do Estado, sem uma resposta contundente para prevenir, abordar, documentar e cuidar dessa violência.

A falta de respostas abrangentes para mulheres vítimas de tráfico de drogas, tráfico e contrabando de mulheres, meninas e adolescentes para exploração sexual e laboral é um problema grave. Também notamos a falta de políticas estruturais e de longo prazo para erradicar gestações forçadas, maternidade infantil e casamentos e uniões infantis precoces.

Em nossa região, os sistemas de saúde e educação foram enfraquecidos, e os serviços de saúde sexual e reprodutiva não garantem acesso universal efetivo e de qualidade. As pessoas jovens, especialmente aqueles em situações vulneráveis, continuam a enfrentar barreiras significativas no acesso à educação e ao emprego digno.

O direito à autonomia corporal e reprodutiva não é garantido, nem são implementados mecanismos para a participação efetiva na tomada de decisões para proteger e promover o desfrute efetivo de nossos direitos sexuais e reprodutivos.

Pessoas com deficiência continuam a ser marginalizadas e discriminadas em muitas áreas da sociedade, assim como as mulheres usuárias de drogas, que também são excluídas dos serviços de saúde.

Os povos indígenas e afrodescendentes sofrem exclusão sistêmica que perpetua a pobreza e limita suas oportunidades de desenvolvimento. Trabalhadoras sexuais e trabalhadoras domésticas enfrentam condições de trabalho precárias, falta de reconhecimento e ausência de proteção legal.





CONSENSO DE MONTEVIDEO

Para progredir em direção ao cumprimento pleno dos acordos contidos no Consenso de Montevideú, precisamos que os Estados:

1. Reafirmem seu compromisso com o respeito ao laicismo, à igualdade e ao fortalecimento das democracias.
2. Implementem programas educacionais inclusivos e acessíveis junto com políticas trabalhistas que garantam empregos dignos e justos para as pessoas jovens, especialmente aquelas em situações de vulnerabilidade.
3. Garantam cesso universal, efetivo e de qualidade aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo métodos contraceptivos modernos, tratamento para pessoas vivendo com HIV, tratamento hormonal para pessoas trans, contraceção de emergência, informações, insumos e serviços para aborto seguro.
4. Abduquem do uso do direito penal para regulamentar o aborto e garantir – por meio de políticas públicas abrangentes – o acesso a serviços oportunos e de qualidade que assegurem a autonomia reprodutiva de mulheres, pessoas trans e pessoas não binárias designadas como femininas ao nascer.
5. Incorporem obrigatoriamente a educação sexual integral (ESI) nos currículos institucionais da educação básica, garantindo a formação dos professores e professoras dentro dos marcos normativos atuais, livres de estereótipos, discriminação e violência.
6. Descriminalizem o uso de drogas e forneçam serviços de cuidado baseados na redução de danos e em informações científicas com uma perspectiva de gênero.
7. Fortaleçam a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, garantindo sua plena participação na sociedade e o acesso a serviços e oportunidades sem discriminação e na comunidade. Desenvolvam políticas que atendam às suas necessidades específicas, promovam sua participação efetiva na tomada de decisões e garantam o acesso equitativo a recursos e serviços, com materiais em formatos de comunicação alternativa e aumentativa e com interpretação em língua de sinais em eventos e gravações.
8. Garantam a plena participação dos povos indígenas e afrodescendentes, mulheres e jovens no desenho, implementação e avaliação de medidas legislativas e políticas públicas, aumentando o desenvolvimento de materiais em línguas indígenas e o acesso a serviços em sua língua nativa.
9. Estabeleçam marcos legais que reconheçam e protejam os direitos trabalhistas, condições de segurança no trabalho e justiça para as trabalhadoras, incluindo trabalhadoras sexuais e trabalhadoras domésticas.
10. Assegurem uma vida livre de violência e acesso à justiça, e a livre expressão da orientação sexual e identidade de gênero. Bem como implementar políticas inclusivas e de proteção contra discriminação e violência para pessoas LGBTIQ+, promovendo uma cultura de respeito, reconhecimento e aceitação.





CONSENSO DE MONTEVIDEO

11. Implementem respostas abrangentes para o cuidado e proteção de mulheres, meninas e adolescentes que sofrem violência sexual.
12. Promovam e protejam os direitos das pessoas idosas, garantindo seu acesso a serviços de saúde e cuidados de qualidade, programas de inclusão social e econômica e ambientes livres de violência e discriminação. É essencial desenvolver políticas públicas que reconheçam sua valiosa contribuição à sociedade e garantam seu bem-estar e dignidade em todas as etapas da vida.
13. Criem redes de cuidados e apoio comunitário e domiciliar para garantir que pessoas idosas e pessoas com deficiência possam viver na comunidade e fora de instituições.
14. Implementem políticas públicas e programas para reconhecer e resolver a sobrecarga de cuidados para as mulheres, fortalecendo os sistemas de cuidado, cuidados comunitários e avançando na cobertura de seguridade social, reconhecendo também as pessoas com deficiência como cuidadores e cuidadoras.
15. Garantam o acesso à justiça sem preconceitos baseados na orientação sexual e/ou identidade de gênero.
16. Promovam reformas judiciais para que a justiça seja acessível a todas as pessoas, e o ministério público tenha recursos para a investigação de feminicídios, transfeminicídios e violência contra as mulheres.
17. Intensifiquem a resposta à crise climática, reconhecendo seu impacto nas condições de saúde e nos direitos de todas as pessoas.

Exigimos que os governos da nossa região priorizem essas ações em suas agendas políticas e orçamentárias. Para isso, é imperativo que se comprometam a:

1. Alocar orçamentos públicos suficientes para a implementação de políticas inclusivas, de direitos humanos e de resposta à crise climática.
2. Fortalecer mecanismos de responsabilidade e transparência para garantir que os compromissos do Consenso de Montevideú se traduzam em ações concretas.
3. Promover a participação efetiva da sociedade civil e dos movimentos feministas na formulação e monitoramento de políticas públicas e proteger as defensoras dos direitos humanos das mulheres.
4. Fortalecer as estatísticas socio-demográficas e vitais, ampliando as capacidades dos sistemas nacionais de estatísticas para produzir dados abertos e de qualidade, desagregados por sexo, idade, residência, renda, identidade de gênero e étnico-racial, status migratório, deficiência, orientação sexual, estado de saúde e outras características relevantes.
5. Proteger o Consenso de Montevideú e outras agendas regionais de direitos humanos contra influências fundamentalistas e anti-direitos.





CONSENSO DE MONTEVIDEO

As organizações civis e o movimento feminista têm sido e continuam a ser atores fundamentais no avanço, proposição de mudanças, geração de debates e implementação do Consenso de Montevidéu, bem como no fortalecimento de nossas democracias. É crucial que os governos reconheçam e apoiem nosso trabalho, garantindo espaços para participação efetiva e protegendo o direito de defender direitos.

Reafirmamos nosso compromisso com a luta por uma América Latina mais justa, inclusiva, equitativa e democrática. Continuaremos a trabalhar incansavelmente para que cada pessoa, independentemente de sexo, identidade de gênero, orientação sexual, etnia, idade, condição de saúde ou habilidade, possa viver com dignidade e plena igualdade de direitos.

Nossa vocação feminista para a construção da paz e liberdade dos povos é um chamado inabalável por justiça e dignidade humana. Seja em Cuba, Porto Rico, Haiti ou Palestina, opomo-nos firmemente a ocupações, bloqueios e qualquer forma de dominação que perpetue a opressão e o sofrimento.

Concluimos esta declaração levantando nossas vozes por aqueles cuja liberdade foi negada, tecendo redes de solidariedade e esperança que transcendem fronteiras. Nosso compromisso é continuar construindo uma força transformadora que desafie o poder opressor, porque o feminismo é uma corrente de pensamento e ação que questiona arranjos patriarcais em todos os níveis e continuaremos a fazê-lo para construir um futuro onde paz, liberdade e autonomia sejam direitos inalienáveis para todas as pessoas e todos os povos.

Muito obrigada.

Firman:

Redes regionais

Alianza Latinoamericana de Mujeres con Discapacidad ALAMUD

Alianza SIMA, (Sororidad, Inclusión, Mujeres en Acción)

Alianza para abordar el Matrimonio Infantil

Articulación Feminista Marcosur AFM

Comité de América Latina y el Caribe de defensa de derechos de las Mujeres- CLADEM

Consortio Latinoamericano Contra el Aborto Inseguro CLACAI

Enlace Continental de Mujeres Indígenas de las Américas-ECMIA

FP2030 LAC HUB

Girls Not Brides LAC, Alianza para abordar el Matrimonio Infantil





CONSENSO DE MONTEVIDEO

ICW Latina
IPAS LAC
IPPF Américas y el Caribe
Red Católicas por el Derecho a Decidir de América Latina y el Caribe
Red de Juventudes Afrodescendientes de América Latina y el Caribe (REDJUAFRO)
Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora
Red de mujeres indígenas y afrodescendientes con discapacidad de ALC
Red de mujeres trabajadoras sexuales de Latino América y el Caribe- Redtralsex
Red Latinoamericana Jóvenes Latidas
Red Latinoamericana y Caribeña de Jóvenes por los Derechos Sexuales y Reproductivos, RedLAC
Red Latinoamericana y del Caribe de personas que usan Drogas LANPUD
Red Latinoamericana y del Caribe de Personas Trans (RedLacTrans)
Red LESLAC - Red de Organizaciones de Lesbianas y Bisexuales de Latinoamérica y el Caribe
Red mesoamericana mujer salud y migración
Red Mujer y Hábitat – LAC
Red por la Salud de las Mujeres de América Latina y El Caribe RSMLAC
Sombrilla centroamericana
Vecinas Feministas por la Justicia Sexual y Reproductiva en América Latina

Redes, organizações e coletivos nacionais

¡EA! Juventud
Acción Ciudadana por la Democracia y el Desarrollo
ADEM Asociación por los Derechos de las Mujeres en la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal Seguro y Gratuito
Agrupación Ciudadana por la Despenalización del Aborto, El Salvador
Alianza Colombiana por los Derechos Sexuales y los Derechos Reproductivos
Alianza de SSR/El Salvador
Antigua Planned Parenthood Association
Articulación Alerta Montevideo Bolivia
Articulación Feminista Campaña 28 de Septiembre Bolivia
Asociación Ameyalli
Asociación de Personas Productivas con Discapacidad -ASODISPRO-
Asociación Grupo Integral de Mujeres Sanjuaneras
Asociación Las Crisálidas
Asociación Panameña para el Planeamiento de la Familia
Balance Promoción para el Desarrollo y Juventud AC
Base Educativa y Comunitaria de Apoyo. BECA
Católicas pelo direito de decidir- Brasil
Católicas por el Derecho a Decidir - Bolivia





CONSENSO DE MONTEVIDEO

Católicas por el Derecho a Decidir - Colombia
Católicas por el derecho a decidir México
Cemoplaf
Centro de Derechos de Mujeres en Honduras
Centro de Estudios de Estado y Sociedad – CEDES
Centro de Estudios Legales y Sociales CELS
Centro de Estudios y Fortalecimiento Comunitario Mano Vuelta A.C
Centro de Investigación Para la Acción Femenina, CIPAF
Centro de la Mujer Peruana FLORA TRISTÁN.
Centro de promoción en salud y asistencia familia CEPROSAF
Centro de Promoción y Defensa de los Derechos Sexuales y Reproductivos - Promsex
CEPAM Guayaquil
CEPIA - Cidadania Estudo Pesquisa Informação Ação
CIES Salud Sexual Salud Reproductiva
Circulo emancipador de mujeres y niñas con Discapacidad de Chile, CIMUNIDIS
CISCSA Ciudades Feministas
Colectiva Iranu
Colectivo "Género y Teología para el Desarrollo"
Colectivo Rebeldía
Colectivo Vida Independiente de Guatemala
Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres –
CLADEM-Bolivia
Comunidad de Derechos Humanos
Conexión Intercultural por el Bienestar y la Autonomía La Ceiba
Consortio Boliviano de Juventudes
Coordinadora 28 de Mayo Guatemala
Coordinadora de la Mujer Bolivia
Corporación Caribe Afirmativo
Corporación Colectiva Justicia Mujer
Corporación de Mujeres Ecofeministas Comunitar
Corporación Femm
Corporación Miles Chile
Corporación Polimorfas
Corporación Popular La Caracola
Corporación Red Nacional de Mujeres de Cartagena de Indias y Bolivar
Cotidiano Mujer
Creacion Positiva
Dominica Planned Parenthood Association
Ecuador Violencias Cero
Ecuménicas por el Derecho a Decidir Honduras





CONSENSO DE MONTEVIDEO

Equidad de Género, Ciudadanía, Trabajo y Familia -MX
Famia Planea – Aruba
Federación Mexicana de Educación Sexual y Sexología FEMESS
Formación y Capacitación
Fundación Arcoiris por el respeto a la diversidad sexual
Fundación Centro de Desarrollo Social - Cedesocial
Fundación Mexicana para la Planeación Familiar A.C. (MEXFAM)
Fundación México Vivo
Fundación Mujer & Mujer
Fundación mujer y futuro
Fundación Mujeres por Mujeres
Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer FEIM
Fundación Sendas
Fundheg (Fundación Derechos humanos equidad y género) IPPF Argentina
FUSA Asociacion Civil
Generación caliente
Gestos - Soropositividade, comunicação e gênero
Girl Up México
Grenada Planned Parenthood Association
Grupo Cairo y Montevideo Guatemala
Grupo Intersectorial por los Derechos Sexuales y Derechos Reproductivos
Instituto de Liderazgo Simone de Beauvoir
Jamaica Family Planning Association
La Colectiva Colombia
La Mesa por la Vida y la Salud de las Mujeres
La Morada - Chile
Libres, Organización Lesbofeminista
Mesa de Trabajo en Discapacidad y Derechos Humanos
Movimiento Amplio de Mujeres de Puerto Rico
Movimiento de Mujeres Dominicano Haitianas (MUDHA)
MSI Bolivia
Mujeres Sobre Ruedas Fundación de Mujeres con discapacidad
Observadoras Ley de Aborto - Chile
Observatorio de los Derechos Sexuales y Reproductivos de las Personas con Discapacidad -
ODISEX PERU
Odara Instituto da Mulher Negra
Organización Colombia Diversa
Organización de Mujeres Tierra Viva, Guatemala
Organizacion Feminista por los DDHH de las personas Trans
Organizacion Llanto, Valor y Esfuerzo (LLAVES)





CONSENSO DE MONTEVIDEO

Organizacion Negra Centroamericana
Oriéntame
ORMUSA Organizacion de Mujeres Salvadoreñas por la Paz
Peras del Olmo
Planned Parenthood Association of Trinidad and Tobago
Profamilia
Programa de Apoyo a la Sociedad Civil
Red de Jóvenes para la Incidencia Política -INCIDEJOVEN-
Red Feminista contra la Violencia hacia las Mujeres
Red Mexicana de Mujeres Trans A. C.
Red Multicultural de Mujeres Trans de Guatemala
Red Nacional de Líderes y Lideresas Juveniles Tú Decides Bolivia
Red Nacional de Mujeres de Colombia
REDAAS Argentina
REDI Red por los derechos de las personas con discapacidad
Saint Lucia Planned Parenthood Association
Sindicato Nacional independiente de trabajadoras sexuales trans travestis y otros
Stichting Lobi-Suriname
Taller Salud
Unión Latinoamericana De Ciegos
Universidad Nacional Abierta y a Distancia. UNAD - Colombia
Útera Casa Feminista
We Lead Honduras

Redes Globais

Amnistía Internacional
Centro de Derechos Reproductivos
Equality Now
Fòs Feminista
Médicos del Mundo

